

Cidadania comunicativa: o exemplo do Programa “Imprensa Jovem”¹

Elisangela Rodrigues da COSTA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Eduardo Pereira ROMERO³
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir a relação entre o conceito de cidadania comunicativa e o paradigma da educomunicação, a partir de autores latino-americanos. O incentivo ao protagonismo infanto-juvenil, o direito à comunicação, à liberdade de expressão, ao respeito, à solidariedade, aos direitos humanos. Apresentamos a experiência da rede municipal de ensino de São Paulo com o Programa “Imprensa Jovem”, uma agência de notícias desenvolvida nas escolas no Ensino Básico, política pública, por meio do exemplo de uma escola pública da rede paulista.

Palavras-chave: Cidadania comunicativa; Educomunicação; Mediações; Imprensa jovem.

Introdução

Na atual configuração social, a função do cidadão e, principalmente, a busca por definições de cidadania parecem encontrar maiores aberturas, nas mais variadas discussões e, em diferentes âmbitos, áreas do conhecimento, pautando com frequência debates sejam nos aspectos: políticos, sociais, culturais, entre tantos outros. A apropriação da referida temática vem ocorrendo de tal maneira que há uma espécie de requisição de novos arranjos e metodologias, sobretudo na prática educacional.

Diante deste contexto, há uma urgência em projetos educativos, acrescenta-se, de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal que dialoguem com a comunicação e estimulem os estudantes ao protagonismo, o direito ao diálogo, à autoria,

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2018, Campo Grande, UFMS.

² Jornalista, pedagoga, sócia-fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Integrante do Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (ECA/USP), mestre e doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, e-mail: lisacosta@usp.br

³ Jornalista, vereador por Campo Grande-MS, bacharel em Direito, Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e-mail: eduromero@edu.unisinos.br

participação, à solidariedade, à alteridade, conforme nos propõe a educação midiática na perspectiva da educomunicação⁴.

A relação entre comunicação e educação é fundamental para a efetiva formação integral dos cidadãos contemporâneos, assim como é imprescindível para o exercício da cidadania (CAPRINO, 2016). Este artigo discute nas interfaces entre Comunicação e Educação sobre como os processos comunicativos gerados no ambiente escolar, por meio de projetos e da prática educomunicativa, aqui falamos especialmente do ensino formal, são capazes de subsidiar uma “cidadania comunicativa” (MATA, 2006; OROZCO, 2009; KAPLÚN, 1983).

Iniciamos a discussão a partir de conceitos importantes e de autores que defendem uma linha de pensamento de valorização da cultura latino-americana, nomes que acreditam que uma das marcas da sociedade contemporânea seja a configuração de um novo ecossistema comunicativo (MARTÍN-BARBERO, 2010).

Na sequência, com vistas a ratificar que é possível em uma rede municipal de ensino desenvolver ações pedagógicas em suas escolas visando à formação integral do indivíduo, por meio de produções midiáticas em sala de aula, com ênfase em situações de cunho jornalístico e informativo, é que exemplificamos o assunto com o programa “Imprensa Jovem” da rede pública municipal de ensino de São Paulo.

O projeto implantado há uma década foi notificado, no ano de 2017, como um dos 30 projetos educacionais mais inovadores⁵ do Brasil. Neste artigo trataremos da experiência com a prática educomunicativa com o “Imprensa Jovem”, por meio do “Educomunicadores” na EMEF Professor Florestan Fernandes. Elegemos como tríade conceitual na fundamentação deste artigo: a cidadania comunicativa, mediações e o paradigma da Educomunicação como veremos a seguir.

⁴ Aqui tratamos de um paradigma de interface comunicação/educação conforme Ismar Soares (2017), norteadora das ações de grupos humanos com o objetivo de alcançar a plenitude do direito universal à expressão. Definição em consonância com a definição proposta pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP).

⁵ Disponível em:< <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Desafio-do-MIT-coloca-o-Imprensa-Jovem-entre-os-30-projetos-mais-inovadores-do-pais>>. Acesso em 06.mai.2018.

1. Cidadania comunicativa, mediações e educomunicação: a tríade conceitual

A vida moderna é uma experiência midiática (Press e Williams, 2010). A consequência direta da assertiva é a urgente necessidade de requisição dos cidadãos contemporâneos ao desenvolvimento de competências comunicacionais, nos dizeres de Orozco Gómez (2009), novas alfabetizações.

[...] las nuevas alfabetizaciones, que de hecho tienen lugar aunque de manera fortuita o no consciente, demandan con urgencia de “nuevas educaciones”, entendidas como otras estrategias para ubicar de manera más adecuada a todos em este intercambio múltiple, creciente y a veces caótico em el que nos encontramos. (OROZCO-GÓMEZ, 2009, p.7)

A reflexão de Orozco nos coloca na condição de audiências, sem contar no fato de vivermos naquilo que Castells (2009) define como “autocomunicação massiva”, em outras palavras, em um constante fluxo informacional e trocas de mensagens em todos os âmbitos de mídias, produzindo novos sentidos. Assim:

A oferta midiática convoca, interpela, provoca e busca impactar suas audiências como consumidores, como receptores cujas cabeças engrossam as listas de classificação, convertendo o que é assistido em uma mercadoria que, por seu turno, confere mais-valia aos donos dos meios para a venda de espaços de tela aos anunciantes (OROZCO-GÓMEZ, 2014, P.104).

É nesse aspecto que o autor defende uma cidadania comunicativa no sentido de atuar como uma espécie de horizonte pedagógico para a educação das audiências. Ele acredita em cidadanias, no plural, como um conjunto de cidadanias existentes entre elas: política, econômica, social, cultural. Em suas palavras é importante atentar sobre: “o reconhecimento de que há direitos e obrigações para os sujeitos, sejam individuais ou coletivos, e do reconhecimento de que há uma descentralização das cidadanias nacionais em favor das globais.

Entretanto, a relação cidadania, comunicação e educação não é tão recente quanto possa parecer, ao menos na América Latina esta aproximação aconteceu em torno de diálogos comunicativos populares e alternativos, como bem define Kaplún (1983, p.41), “para o movimento de base a comunicação não constitui um fim em si, se não um instrumento necessário ao serviço da organização e da educação populares”.

É neste contexto descrito que reconhecemos ser necessário maior aprofundamento conceitual compreendendo assim:

La noción de ciudadanía comunicativa remite necesariamente a derechos civiles – la libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc. –, jurídicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias. En este sentido, y como ocurre en general con los derechos civiles, la ciudadanía comunicativa representa un límite a la acción del Estado con el fin de garantizar la libertad de las personas y representa un estatus jurídico (MATA, 2006, p.13)

Mata (2006) apresenta diferentes níveis ou graus de cidadania comunicativa, interpretação que não interfere no consenso entre diversos autores, quanto a admissão de que não se é mais possível pensar em uma cidadania, ou em um cidadão, sem admitir que só conseguiremos se for no âmbito comunicacional e considerando as mediações que os atravessam. Quanto a este conceito Jesús Martín-Barbero (2010), na introdução à última edição de *De los medios a la mediaciones*, explica os porquês de nunca tê-lo definido:

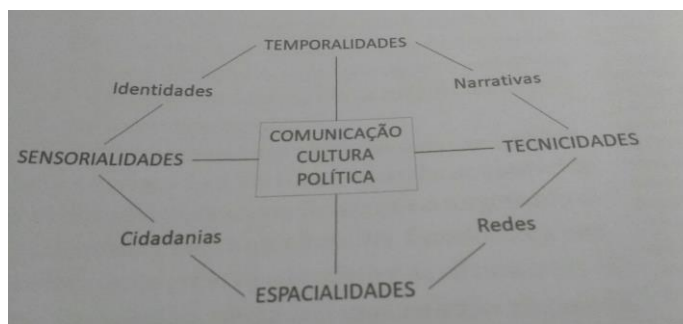
Mediações remete, então, mais ao traço que conecta em rede os pontos e linhas dispersos, distintos e distantes que tecem um mapa que a uma realidade que se constata ou a um conceito que se têm e se manipula. Daí, minha tenaz resistência a definir *mediações*, e minha aposta por ir desdobrando-as e demilitando-as à medida que os processos de comunicação, as práticas culturais e os movimentos sociais iam se tornando aproximando, por meio da densa relação do mundo da produção midiática nas indústrias culturais com os mundos do consumo massivo, sim, mas diferenciado, ativo e cidadão (p.29).

Martín- Barbero ao descrever um novo mapa metodológico das mediações destaca que a mutação tecnológica passou a configurar um novo modelo social em que são necessários a consideração de novos eixos, no caso, tecnicidades e sensorialidades e também de novas mediações: narrativas, redes e cidadanias.

Na leitura de Maria Immacolata V. de Lopes⁶ (2018, p.59) trata-se de um novo mapa em que as mediações se tornaram básicas e “se des-pregam podendo ser relacionadas em formas de direções e densidades diferentes. Dependendo do problema de pesquisa, as mediações podem ser mobilizadas e articuladas com identidades, cidadanias” [...]

⁶ Ver: LOPES, M.I.V. A teoria barberiana da Comunicação. *Matrizes*. V.12, nº.1 jan/abr.2018

Figura: Mutações Culturais e Comunicativas Contemporâneas -2



Fonte: Entrevista de JMB a Omár Rincón (2017) apresentado por Lopes (2018)

Na interpretação do novo mapa proposto por Barbero estão reunidos elementos que se inter-relacionam à tríade Comunicação, Cultura e Política e que são importantíssimos à Educação, em especial, à educação midiática. Falamos do tempo e do espaço em que os alunos do século XXI estão inseridos, das sensorialidades manifestas com as tecnicidades e principalmente das mediações sejam pelas identidades, narrativas, redes e cidadanias.

Diante dessas descrições acreditamos que o paradigma da educomunicação, tornou-se elemento fundamental à adoção da educação midiática, como política pública, pela rede municipal de ensino de São Paulo. Ancorado nas pesquisadas de Ismar de Oliveira Soares e de pesquisadores do NCE/USP, as fortes influências vêm de Paulo Freire e Mario Kaplún.

Afinal, a educomunicação valoriza o processo comunicativo e não a mídia em si, além de possuir diversas presenças dos ideais dos movimentos sociais latino-americanos. Partimos também do entendimento de que o paradigma seja um novo campo de intervenção social, que opera na interface Comunicação e Educação.

Em entrevista Soares lembra:

[...] Costumávamos, no início dos anos 2000, definir o conceito como um conjunto das ações voltadas ao planejamento e a implementação de ecossistemas comunicativos democráticos e participativos, nos espaços educativos, mediante o emprego das linguagens e tecnologias da informação, visando o pleno exercício da cidadania. Reconhecemos, contudo, que se trata de uma definição demasiadamente funcionalista. Hoje, trabalhamos mais com a perspectiva do paradigma da interface (VIANA, 2017, p. 240).

Nas últimas três décadas vêm ocorrendo maior abertura para debates voltados à incorporação da educação midiática nos sistemas de ensino formal do Brasil. Esses incentivos são, de certa maneira, reflexos das políticas educacionais, em nível nacional e internacional, implantadas e/ou motivadas por meio de ajustes, requeridos no atendimento à prática pedagógica contemporânea e às necessidades que marcam o perfil discente e docente desta época.

A seguir apresentaremos uma breve síntese sobre os motivos que estimularam a implantação da educomunicação na rede municipal de ensino de São Paulo.

2. Educação Midiática: a perspectiva da educomunicação e os estudantes do Ensino Básico paulista

Na rede municipal de ensino de São Paulo, foi a necessidade de dar solução a um problema de fundo sociopedagógico que asfixiava as escolas – a violência – que oportunizou o ingresso da universidade pública, no caso a USP, para a oferta de uma possível saída, via comunicação.

O recurso encontrado inicialmente foi o Projeto Educom.rádio, contratado junto ao Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP), pelo Projeto Vida, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com o objetivo de mobilizar os professores e estudantes a fazerem uso do diálogo como solução para os conflitos que perturbavam o exercício da docência e dificultavam o convívio e a aprendizagem dos alunos.

De acordo com o idealizador do Projeto, Prof. Ismar de Oliveira Soares, em entrevista a esta pesquisadora⁷, o que se buscava era trazer para o espaço escolar formal as conquistas da educação não formal, própria do universo do movimento social latino-americano. No caso, o Projeto Vida da Secretaria Municipal de Educação (SME/SP), ao adotar o conceito da educomunicação sistematizado pelo NCE/USP⁸, entre 1997 e 1999, passou a admitir a hipótese de que seria adequado mobilizar professores, alunos e membros das comunidades escolares a reverterem a perspectiva de conflito mediante o emprego dos recursos da comunicação, a partir das metodologias de ação propostas pela USP.

⁷ Entrevista à tese doutoral em 2017 ECA/USP.

⁸ Sobre o conceito da Educomunicação, ver: SOARES, I. O. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: *Revista Contat.*, Brasília, ano 1, n. 1, jan./mar. 1999. p. 19-74, e SOARES, I. O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In: *Comunicação & Educação*, São Paulo, (23), p. 16-25, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>>.

O desenvolvimento do projeto de 2001 a 2004 levado pelo NCE/USP à prefeitura privilegiou o uso do rádio no espaço escolar, pela acessibilidade do equipamento usado, sob a perspectiva de uma gestão solidária e compartilhada entre todos os membros da comunidade educativa, unindo toda a comunidade na busca de solução para os problemas que a afetavam. Isso não aconteceu com uma ou duas escolas, mas com 455, distribuídas em todo o território da cidade, envolvendo gestores, docentes e estudantes do ensino fundamental do 4.º ao 8.º anos.

A experiência tinha como conceito básico a Educomunicação, enquanto prática de conhecimento e de apropriação dos recursos da comunicação a partir de uma gestão solidária e participativa, tendo como meta o pleno exercício da cidadania.

A proposta articulada pelo NCE/USP se restringiu ao período de 2001 e 2004, tendo gerado uma Lei⁹ (promulgada em dezembro de 2004 pela então prefeita Marta Suplicy e regulamentada em agosto de 2005 por José Serra), além de uma herança cultural solidamente constituída. Com a saída do Núcleo da USP, a Secretaria de Educação, que a partir do governo Serra passara a avaliar a oportunidade de dar ou não prosseguimento ao projeto, viu-se na contingência de atender à demanda que emergia das próprias escolas, nomeando uma coordenação geral para a iniciativa¹⁰.

Em 2006, o secretário de Educação do município, José Aristodemo Pinotti, nomeou o professor Carlos Alberto Mendes de Lima¹¹ (ex-aluno do Educom.rádio) para que articulasse e prestasse assistência ao projeto na rede, o trabalho nas escolas passou a ser designado simplesmente como: NOR – Nas ondas do rádio, eliminando os termos Educomunicação ou Educom.

⁹ Disponível em:

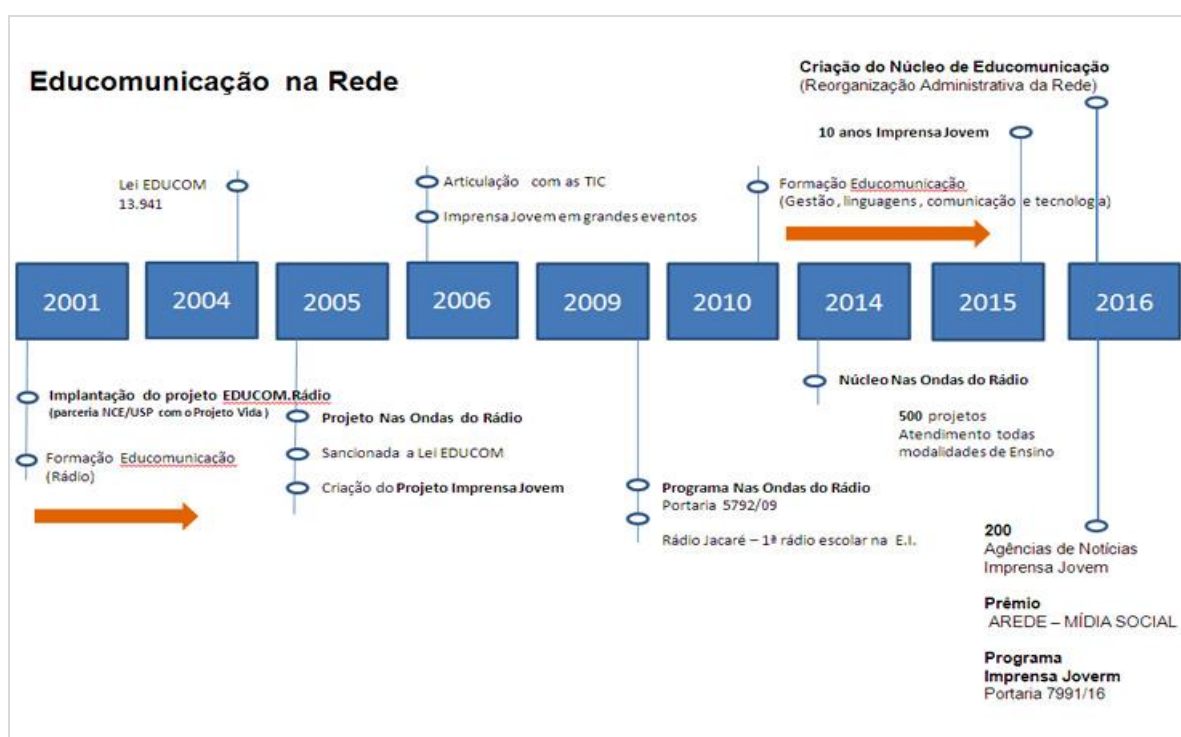
http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=29122004L%20139410000. Acesso em 05.mai.2018.

¹⁰ O Projeto Educom.rádio foi examinado por uma série de pesquisas acadêmicas no Programa de Pós-graduação da ECA/USP. Aqui damos destaque a duas investigações. A primeira é o doutorado de Patrícia Horta, intitulado “Educom.rádio - uma política pública em educação” (PPGCOM, 2007), acessível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-211722/pt-br.php>>. A segunda é a dissertação de Ana Carolina Altieri Soares, intitulada “Educomunicação e cidadania na América Latina. A interface comunicação/educação a partir das práticas sociais no continente: estudo de caso de políticas públicas na Argentina e no Brasil” (PROLAM, 2012), acessível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-22102012-124009/pt-br.php>>.

¹¹ Em 2003, o professor Carlos Lima começou a lecionar na rede municipal de Educação de São Paulo, na EMEF Pedro Teixeira, Jardim Santana, quando entrou em contato, pela primeira vez, com o Kit Educom existente na escola. Pelas habilidades com projetos de rádio, os gestores o inscreveram no curso de Educom do NCE/USP para que pudesse se integrar ao programa educacional da Secretaria de Educação.

Igualmente em 2006, nasce um projeto especial para o trabalho de produção midiática, denominado “Imprensa Jovem” (começou em uma escola em 2005), que vigora com um reconhecido volume de atividades nas escolas do município até os dias atuais. A aprendizagem sobre a Educomunicação representou uma conquista coletiva no espaço da Secretaria de Educação do município, em decorrência especialmente da permanência, ao longo do tempo, de projetos como o Imprensa Jovem, articulado em 2006 e fortalecido com a portaria de 2009¹².

Figura 1: A história completa da implantação da educomunicação como política pública na rede municipal de ensino de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Núcleo de Educomunicação, 2016¹³.

2.1 O Programa “Imprensa Jovem”: a agência de notícias na escola pública paulistana

A organização das atividades do Imprensa Jovem acontece por meio de equipes de alunos repórteres como são chamados os participantes do projeto. Eles discutem e

¹² Portaria está disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=15122009P%20057922009SME>. Acesso em 06. Mai.2018. O Projeto Imprensa Jovem completou oficialmente 10 anos de atuação, em 2016, com evento comemorativo na Câmara Municipal de São Paulo, mediado pelo professor Dr. Ismar de Oliveira Soares (ECA/USP).

¹³ Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/legislacao-1>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

criam pautas, realizam coberturas jornalísticas na escola, na comunidade e até em grandes eventos da cidade, como a *Campus Party* e as Bienais do Livro¹⁴.

As equipes são responsáveis também pelo tratamento da informação produzida no espaço das escolas, fazendo uso das diferentes linguagens. Conforme a Portaria n^o 7.991/16 que define normas complementares e procedimentos para a implementação do Programa Imprensa Jovem e dá outras providências:

Art. 1^o. – Fica instituído o Programa “Imprensa Jovem” nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de desenvolver ações que promovam o *protagonismo infantil e juvenil, o direto à comunicação e à liberdade de expressão* por meio, inclusive, da apropriação de recursos midiáticos de aprendizagem (grifo nosso).

A portaria, logo em seu primeiro artigo, incentiva o estímulo ao protagonismo, o direto à comunicação e a à liberdade de expressão valores estimulados em consonância com os princípios da Educomunicação, de acordo com o texto a seguir:

Art.2^o. – O Programa ora instituído fundamentar-se à nos princípios da Educomunicação:

I- Para fins do disposto nesta Portaria, entender-se à a expressão “Educomunicação” como um conjunto de ações destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais e não-formais, mediados pelas linguagens e processos da comunicação e/ou das artes, bem como pelas tecnologias da informação e comunicação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício da liberdade de expressão.

Entre os objetivos gerais propostos na referida Portaria encontramos a promoção dos direitos humanos, os princípios democráticos e o exercício da cidadania. Entre as estratégias de implementação descritas no Art.3^o .:

I- Criação de projetos de agência de notícias Imprensa Jovem nas Unidades Educacionais com conteúdos produzidos pelos e para os educandos e a comunidade escolar;
II- Incentivo às atividades de Educomunicação relacionadas às linguagens impressas (informativo, jornal impresso, jornal mural, jornal comunitário, revista, fanzine, história em quadrinhos,

¹⁴A *Campus Party* é a maior experiência tecnológica do mundo que une jovens em torno de um festival de Inovação, Criatividade, Ciências, Empreendedorismo e Universo Digital. Maiores informações: <<http://brasil.campus-party.org/>>. Acesso em 06.mai.2018. A Bienal Internacional do Livro de São Paulo geralmente acontece no Pavilhão de Exposições do Anhembi. O evento é palco para o encontro das principais editoras, livrarias e distribuidoras do país, apresentando seus mais importantes lançamentos para aproximadamente 700 mil visitantes em um espaço total de 75 mil m². Maiores informações:< <http://www.bienaldolivrosp.com.br>>. Acesso 06.mai.2018.

fotografia), radiofônica e televisiva (rádio escolar, webrádio, TV Escolar), audiovisual (cinema e vídeo) e digital (*blog*, podcast e redes sociais).

A portaria trata dos segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Comunidades Indígenas. O programa vem se envolvendo com diversas outras ações propostas no âmbito da SME/SP tais como a iniciativa de ouvir também os alunos da rede para elaborar o currículo do município.

2.1.1 A mobilização em torno do currículo da rede: #estudentetemvoz

No mês de junho de 2017, a Secretaria Municipal de Educação paulistana promoveu, por meio do Núcleo de Educomunicação (NE/SME), uma consulta pública com os estudantes sobre o currículo com ações tomando como referência o Programa Imprensa Jovem. Segundo o Anuário Educom/SME (2017, p. 13), “pela primeira vez no país, uma consulta pública sobre Educação alcançou a marca de 43.655 estudantes. A consulta, que tinha como objetivo conhecer o que o estudante pensa sobre currículo foi realizada com o aplicativo Imprensa Jovem”.

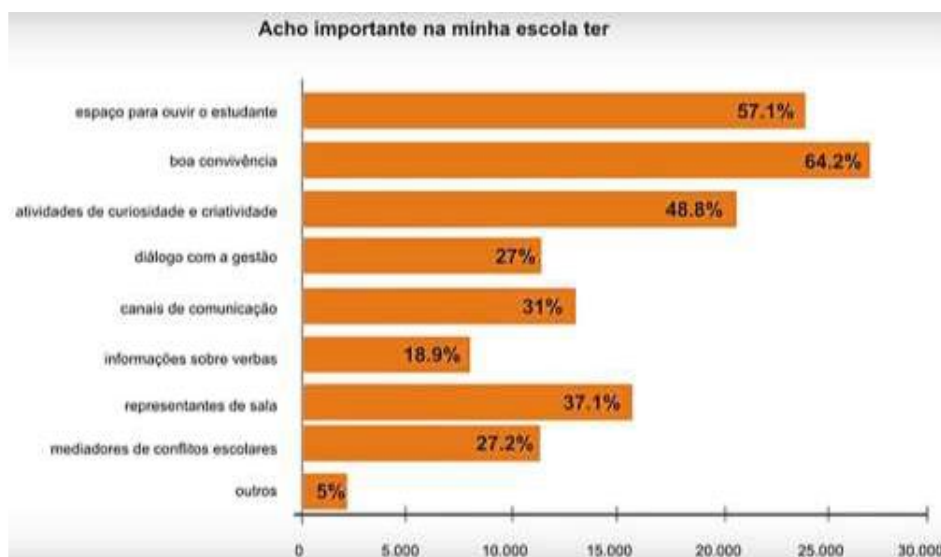
Os alunos e alunas repórteres da Rede mobilizaram outros estudantes para a maior consulta pública sobre currículo do país. Utilizamos recursos de tecnologia digital, como aplicativos para celular, encontros para debates com estudantes, coletivas de imprensa. O processo aconteceu durante todo o ano e toda a cidade foi envolvida. (SME, 2017, p. 13).

Uma das estratégias foi fazer rodas de bate-papo com os alunos da rede e colaborou na elaboração do questionário por meio do aplicativo Imprensa Jovem. O encontro entre os estudantes tinha a duração de 130 minutos e ocorria em uma sala de aula. Eles determinavam o assunto a ser discutido e gravavam o debate em vídeo e áudio, que se tornaram material reflexivo de apoio à prática docente. Ocorreu até uma coletiva de imprensa (2017) com o Secretário Municipal de Educação Alexandre Schneider e com oito estudantes representando as escolas municipais.

A pesquisa entre os estudantes gerou indicadores que foram incluídos no currículo escolar do município. Entre as temáticas, há estratégias para a prática pedagógica em consonância com os preceitos da educomunicação.



Fonte: Anuário Educom/SME/SP, 2017.



Fonte:

Anuário Educom/SME/SP, 2017

Os gráficos acima apontam que 59% dos alunos ouvidos em relação ao currículo preferem as atividades em grupo nas aulas e 57% acham importante a escola ter espaço para ouvir o estudante; se pensarmos na educomunicação, o diálogo e o trabalho coletivo compõem a prática educacional.

O Programa Imprensa Jovem conta com 285 agências de notícias nas unidades escolares de São Paulo.

Nestas agências, por meio da produção jornalística multimídia, os estudantes são protagonistas na ampliação dos canais de comunicação entre a escola e a comunidade. Nesse processo de criação de pautas,

pesquisa e edição de conteúdos, esses jovens desenvolvem, de maneira autônoma e colaborativa, suas habilidades críticas e criativas. (SME, 2017, p. 10).

De acordo com o Anuário Educom (2017), anualmente são oferecidas aos educadores 2 mil vagas em cursos nas modalidades presenciais e a distância. A duração dos cursos presenciais varia de 12 a 24 horas e a duração dos cursos a distância é de 32 horas.

O propósito de tais cursos é a formação de educadores para o desenvolvimento dos diversos projetos educacionais, ampliar os conhecimentos das linguagens da comunicação para integrar as atividades pedagógicas nas diferentes disciplinas, aperfeiçoar os conhecimentos e competências para melhorar a performance do professor nas aulas, trazer à tona reflexões sobre comunicação e criança, adolescente e juventude, desenvolver a educação para leitura crítica das mídias (SME, 2017, p. 8).

Com vistas a exemplificar o Programa “Imprensa Jovem” elegemos uma escola da Zona Sul da capital paulista que se destaca por ter conseguido implantar a prática educacional como uma cultura escolar: a EMEF Professor Florestan Fernandes, descritas a seguir.

2.1.2 O projeto “Educomunicadores” da EMEF Professor Florestan Fernandes (São Paulo) ¹⁵

A EMEF Florestan Fernandes possui aproximadamente 900 alunos, localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo (SP), vem desenvolvendo há alguns anos vários projetos educacionais, dentre os quais o “Educomunicadores”, que evidencia o protagonismo juvenil, através do Programa Imprensa Jovem, do blog dos estudantes¹⁶, redes sociais, jornal mural, produção de vídeos e a rádio Florestan nos intervalos.

A escola demonstra tradição com a prática educacional, tanto que foi convidada a realizar a cobertura do lançamento oficial do currículo da cidade de São Paulo, em dezembro de 2017, e participou com alguns alunos do Imprensa Jovem de um bate-papo com o Secretário Municipal de Educação sobre o currículo na sede da

¹⁵A escola compôs o contexto da pesquisa doutoral “Educomunicação e políticas públicas: estudo comparativo de educação midiática nas redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo” depositada em 29 de abril de 2018, na ECA/USP, autoria de Elisângela Rodrigues da Costa, sob a orientação de Ismar Soares.

¹⁶ Blog dos estudantes da EMEF Florestan Fernandes disponível em: <<http://emeflorestan.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Secretaria. Ainda em 2017, o próprio secretário visitou a unidade escolar para conversar com os alunos do Imprensa Jovem.

Trata-se de uma cultura educacional consolidada. Em nossa chegada fomos recebidos por estudantes que nos levaram até um jornal mural fixado na entrada da unidade escolar com fotos e matérias públicas da atuação dos Educadores. Aliás, é um termo que adotaram entre eles. Nesse sentido, termos como “educomunicação”, “educador” e “educom” se transformaram em conceitos que norteiam a prática pedagógica desses estudantes. Fomos convidados a ver a rádio atuando no intervalo e ficamos surpresos com a estrutura e a organização que a emissora consegue trazer à escola. O intervalo é totalmente comandado pela rádio.

Observamos que existe uma tradição nessa escola: os alunos mais velhos, dos anos finais do ensino fundamental, possuem entre suas tarefas a função de orientar e acompanhar os educadores mais novos, dos anos anteriores. Encontramos crianças do 1.º ano, com cerca de 7 anos de idade, falando sobre os impactos do projeto educadores em suas vidas.

Quadro 1: Ações da educação proposta pelo Núcleo de Educação (SME/SP) os pressupostos e indicadores que neste artigo utilizamos como dimensões que colaboram na concretização da cidadania comunicativa.

Dimensões Área ou pressuposto básico	Indicadores (ação ou projeto estão contribuindo para)
Educação para a Comunicação ou Leitura Crítica dos Meios	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente as mensagens midiáticas (enxergar além do óbvio);• Desenvolvimento de critérios para análise da própria comunicação e da comunicação de terceiros;• Elaboração de critérios de seleção frente ao acúmulo das informações;• Interação crítica e criativa com os meios.
Mediação tecnológica na Educação ou Comunicação para a educação	<ul style="list-style-type: none">• Experimentação dos múltiplos usos das tecnologias da comunicação na educação;• Acesso às tecnologias como recursos de expressão e para o exercício da democracia (melhora da capacidade de expressão e da comunicação);• Produção e divulgação de programas midiáticos educativos;• Produção midiática colaborativa.
Direito à Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Promoção do diálogo e respeito às diferenças (de gênero, étnicas, crenças);• Respeito/aceitação dos gostos e preferências pessoais;• Criação de ecossistemas comunicativos abertos e

	horizontais;
	<ul style="list-style-type: none">• Mudança de percepção dos educadores em relação a(o) criança/jovem/comunidade e/ou vice-versa.
Protagonismo infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none">• Gestão participativa dos recursos da informação e da comunicação;• Estímulo à criatividade e à autonomia de crianças e adolescentes;• Crescimento do trabalho colaborativo;• Surgimento de novos projetos.

Fonte: Anuário Educom/SME/SP, 2017.

Considerações finais

Mudar as mentes é mais eficiente que torturar os corpos (Castells, 2013). Neste pensamento, o exercício da Cidadania Comunicativa revela-se contra o poder simbólico. Conforme Bourdieu (2006) esse poder que, não é percebido, é praticamente invisível, transmitido por discursos e meios comunicacionais, de forma constante e repetitiva, se elabora por simbologias, que acabam sendo apropriadas como instrumentos de coesão social, permitindo a construção de novos espaços de poder.

Assim, as molduras simbólicas como a maioria das pessoas pensam sobre as normas e os valores, e como se relacionam com os bens simbólicos, só podem ser alteradas se forem ressignificadas. O que passa pelo processo de autocomunicação, percepção da própria cidadania.

Ao ocupar os espaços formais de reprodução do poder, as escolas podem estimular através de práticas educacionais a ressignificação desse poder simbólico junto aos alunos, bem como reconhecer tal prática em políticas públicas educacionais, revela-se a construção, ou, ao menos, o caminhar para a construção e vivências reais da cidadania comunicativa.

3. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

CAPRINO, M.P. Educação midiática nas ONG's brasileiras: experiências para a cidadania comunicativa. **C&S**. São Bernardo do Campo, v.38, no.3, p.245-269, set/dez.2016.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet.**

Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KAPLÚN, M. La comunicación popular e alternativa válida? **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.º.7. p.40-43,1983.

LOPES, M.I.V. A teoria barberiana da Comunicação. **Matrizes**. V.12, n.º.1 jan/abr.2018

MARTÍN-BARBERO, J. **De los médios a las mediaciones:** comunicación, cultura y hegemonia. Barcelona: Anthropos, 2010.

MATA, M.C. Comunicación, ciudadanía y poder. Pistas para pensar su articulación. **Diálogos de la Comunicación**, n.º. 64, p.65-76, 2002.

OROZCO- GÓMEZ, G. **Entre pantallas. Nuevos roles comunicativos de las audiências.** Intercom – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, 2009.

_____. **Recepção midiática, aprendizagens e cidadania.** São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção Educomunicação).

PRESS, A.&WILLIAMS, B., **The New media environmet.** An introduction. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

SÃO PAULO (Prefeitura). Portaria n.º 7991, de 13 de dezembro de 2016. Define normas complementares e procedimentos para a implementação do “Programa Imprensa Jovem”, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 14 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=14122016P%20079912016SME. Acesso em: 09 fev. 2018.

SOARES, I. O. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: **Revista Contat**, Brasília, ano 1, n. 1, jan./mar. 1999. p. 19-74.

_____. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In: **Comunicação & Educação**, São Paulo, (23), p. 16-25, jan./abr. 2002.

VIANA, C. E. Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares [Entrevista com o Prof. Ismar de Oliveira Soares, por Claudemir Edson Viana]. **Revista da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación** (ALAIIC), ed. 26, v. 11, n. 21, p. 238-247, 2017.